

O Congresso entrou em recesso branco de 17/07 até 31/07, neste período não haverá atividade. Para haver o recesso previsto na legislação haveria a necessidade da votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) o que não ocorreu.

CPI das ONGs

Convidado por ruralistas a CPI, Aldo Rebelo diz haver 'Estado paralelo das ONGs' na Amazônia

O ex-deputado federal e ex-ministro Aldo Rebelo disse, em depoimento à CPI das ONGs na terça-feira 11, que a Amazônia é dominada por três Estados paralelos, "um estado oficial, o do crime organizado e o das organizações não governamentais". Rebelo disse que 'o Estado paralelo das ONGs' seria o mais forte e dominador já que, supostamente, comandaria o território com o aval do Estado. "O mais importante, o mais forte, o mais dominador, é o Estado paralelo das ONGs, governando a Amazônia de fato com auxílio do Estado formal brasileiro, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Ibama, da Funai, desse ministério que criaram agora dos povos indígenas", disse, acusando estes órgãos de atuar a serviço do interesse das organizações de sociedade civil.

Ao longo do depoimento, ele também questionou o percentual dos territórios indígenas demarcados no País, e supôs que a delimitação das terras também serviria para proteger interesses de ONGs. "Você achar que 14% do território nacional esta imobilizado em áreas indígenas, as áreas mais produtivas, mais ricas em minério do País, isso é por acaso? Não, isso é planejado, profundamente planejado".

FPA chega ao número histórico de 50 membros no Senado

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) comemorou, na quarta-feira (12), em um café da manhã, uma conquista significativa para a bancada, ao atingir a marca de 50 membros no Senado Federal. Um dos principais apoiadores da FPA e vice-presidente da Frente no Senado, Zequinha Marinho (PODEMOS-PA), comentou o crescimento da bancada. "No passado, a FPA lutou para fazer progressos significativos. Hoje, a agricultura cresceu e firmou sua posição, conquistando o reconhecimento de diversos setores. Todos querem contribuir e apoiar esta importante indústria do nosso país", ressaltou o parlamentar.

Funai tira do papel parceria com banco alemão após 5 anos

A Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) está tirando do papel uma parceria com o banco de fomento alemão KfW firmada em 2017. O aporte de € 8 milhões (R\$ 42 milhões, na cotação atual) oferecido ao Brasil estava congelado desde então. O projeto tem por finalidade ajudar na gestão e no monitoramento de territórios indígenas. Ao todo, serão contempladas 44 TIs (Terras Indígenas) regularizadas, com foco no sul do Amazonas e no Maranhão. Os territórios eram alvo de desmatamento e incêndios florestais intencionalmente provocados.

Ban Ki-moon estará no Pará para discutir meio ambiente e sustentabilidade na Amazônia

O ex secretário-geral da ONU foi confirmado como palestrante na Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, marcada para 30 de agosto na capital do Pará.

A capital do Pará deve receber, em agosto, o 8º secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, na Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias. O evento pretende reunir representantes de povos da floresta, da sociedade civil, academia, setores públicos e privados para tratar de questões ambientais, economia e desenvolvimento sustentável. Organizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a programação está marcada para 30 de agosto até 1º de setembro de 2023.

A proposta da conferência é discutir a Amazônia enquanto bioma fundamental, mas também local onde vivem quase 30 milhões de brasileiros. A ideia é buscar soluções para equilibrar desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, a partir de práticas econômicas.

Governo conclui proposta de regulamentação do mercado de carbono e espera aprovação até a COP-30

O governo federal apresentou, na quarta-feira (12), as linhas gerais da proposta de regulamentação do mercado de carbono que espera ver aprovada no Congresso Nacional até a COP-30, a Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima prevista para 2025, em Belém (PA).

Em audiência da Frente Parlamentar Mista de Recursos Naturais e Energia, realizada no Senado, o secretário de Economia Verde e Descarbonização do Ministério do Desenvolvimento, Rodrigo Rollemberg, disse que o texto está “praticamente pronto”, faltando apenas o governo decidir se o envia à Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei ou se busca a incorporação das principais teses nas propostas que estão em análise no Congresso.

A Câmara, por exemplo, já tem sete projetos de lei sobre o tema (PL 2148/15 e seis apensados) em regime de urgência e, portanto, prontos para votação no Plenário.

Segundo Rollemberg, o modelo defendido pelo governo é semelhante ao praticado internacionalmente, tem o apoio do setor produtivo e prevê a coexistência de mercados regulado e voluntário para a redução das emissões dos gases que provocam o aquecimento global.

“Esta proposta cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões e define o modelo ‘cap and trade’ e o limite de emissão a partir de 25 mil de toneladas de carbono equivalente/ano. As empresas passariam a ser reguladas e receberiam cotas de emissão que teriam de cumprir: aquelas que emitirem menos passariam a ter cotas referentes a essas emissões evitadas e aquelas que emitirem mais teriam que compensar dentro do mercado regulado ou em parte do mercado voluntário”, explicou.

Marcha Mulheres Indígenas

Estamos a pouco mais de dois meses para a nossa grande mobilização, a III Marcha das Mulheres Indígenas acontecerá nos dias 11, 12 e 13 de setembro em Brasília, a luta é coletiva, feita em rede tecida por diversas mãos que constroem esse movimento de mulheres.

Desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá chega à terceira fase

Após entrega do Auto de Reintegração de Posse a caciques do Alto Rio Guamá, no fim de junho, a operação de desintrusão da terra indígena iniciou a terceira fase, na qual estão sendo instaladas barreiras físicas para impedir que intrusos voltem à área.

Já foram instaladas três cancelas em pontos estratégicos do entorno do território indígena, que soma 282 mil hectares e abriga 42 aldeias com cerca de 2500 habitantes. Houve ainda a obstrução de um dos acessos.

Além dessas medidas, há também colocação de novas placas que identifiquem a área como território protegido, assim como destruição de equipamentos, como cercas e pontes, que eram usadas pelos não invasores e não terão utilidade para os indígenas.

Com a conclusão da terceira fase e desmobilização da base operacional, no fim de julho, Funai e Força Nacional seguirão na terra indígena. As duas instituições estão desenvolvendo, em negociação com os indígenas, um plano de segurança para proteção permanente da terra.